

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.610.874 - DF (2016/0171897-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : **UNIÃO**  
**RECORRIDO** : **ADOLFO GUSTAVO CORREIA LIMA**  
**ADVOGADOS** : **BRUNO RIBEIRO SILVA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF025425**  
: **RUDSON AVELAR CAETANO - DF036373**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 424):

REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO REINTEGRADO. DIREITO À PERCEPÇÃO DE REMUNERAÇÕES E VANTAGENS RELATIVAS AO PERÍODO QUE FOI DISPENSADO ILEGALMENTE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. INTERRUPTÃO POR AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE ANOTAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO SERVIDOR. RESTABELECIMENTO STATUS QUO ANTE.

I. Cuidam os autos de percepção de remunerações pretéritas de servidor público reintegrado e a obrigação de a Administração proceder à anotação nos assentamentos do servidor de que sua demissão foi ilegal.

II. No caso, o ajuizamento de reclamação trabalhista, que reconheceu a ilegalidade do ato de demissão e concedeu a reintegração ao servidor, interrompeu a prescrição, nos termos do art. 202, I, do Código Civil.

III. O ato administrativo de demissão foi declarado nulo. Assim, a situação funcional existente anteriormente deve ser restaurada, sem qualquer mácula. Faz jus o autor à anotação em seus assentos funcionais de que sua demissão foi ilegal, não devendo surtir quaisquer efeitos.

IV. Prejudicial de prescrição rejeitada, apelação da União a que se nega provimento e remessa oficial a que se dá parcial provimento apenas para determinar que o pagamento das remunerações atrasadas - nela incluídas as vantagens e gratificações, férias acrescidas de um terço e gratificações natalinas, às quais o autor teria direito se estivesse em exercício - seja limitado ao período de 1º de janeiro de 1991 até 11 de abril de 1994, acrescidas as parcelas atrasadas de juros moratórios e correção monetária, conforme as orientações do Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução/CJF 134, de 21/12/2010.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 452-456).

Sustenta a recorrente, inicialmente, a nulidade do acórdão impugnado, por

suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do CPC/1973.

No mérito, alega a negativa de vigência aos arts. 8º e 9º do Decreto n. 20.910/1932 e 3º do Decreto-Lei n. 4.597/1942, sob o argumento de que o prazo prescricional só pode ser interrompido uma única vez e que, uma vez interrompido, recomeça a correr pela metade.

Assim, como entre o trânsito em julgado da ação que teria interrompido o prazo prescricional, em 2/6/1998, e a propositura da presente ação, em 1º/10/2001, teria decorrido mais de três anos, estaria configurada a prescrição da pretensão autoral.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 483-490.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 500-501), subiram os autos a esta Corte.

É o relatório.

De início, não se conhece da suposta afronta ao art. 535, II, do CPC/1973, pois a recorrente limitou-se a afirmar de forma genérica a ofensa ao referido normativo sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem.

É fundamental que a parte insurgente desenvolva os argumentos que demonstrem a relevância da omissão para a solução da controvérsia, a fim de que o vício seja reconhecido por esta Corte como apto a ensejar a nulidade do julgado. A mera citação dos dispositivos legais invocados ou referência genérica aos aclaratórios bem como a simples indicação de pontos tidos como omissos sem a indicação de sua relevância para o deslinde da causa não suprem a deficiência recursal.

Tal circunstância atrai a incidência da Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. ÔNUS DA PROVA DE PAGAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC/73, a parte recorrente não evidenciou qualquer vício, no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o

recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

[...]

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.001.267/PB, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. EXPULSÃO. CONSELHO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. LIVRE CONVENCIMENTO. REEXAME DE FATOS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ATIVIDADE DE CONSULTORIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO ADOTADO PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. EXIGIBILIDADE SUSPensa (ART. 12 DA LEI N.º 1.060/50). ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

1. Mostra-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissivo, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

[...]

8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 579.011/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 3/8/2017)

Quanto ao mérito, verifica-se que o recurso também não ultrapassa o juízo de admissibilidade, porquanto os argumentos deduzidos pela insurgente não correspondem aos fundamentos lançados na decisão impugnada.

Insurge-se a recorrente contra a suposta violação dos arts. 8º e 9º do Decreto n. 20.910/1932 e 3º do Decreto-Lei n. 4.597/1942, os quais preveem que a prescrição somente pode ser interrompida uma vez e que o prazo recomeça a correr pela metade após o ato interruptivo.

Ocorre que a Corte *a quo* não deixou de aplicar nenhuma dessas normas. Apenas considerou que o último ato do processo que interrompeu a prescrição foi a efetiva reintegração do servidor, que ocorreu em 13/4/1999.

Confira-se (e-STJ, fl. 421):

O parágrafo único do art. 202/CC dispõe que: "A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper".

Aplicando-se essa regra, o prazo somente reiniciou a partir da reintegração do servidor, ou seja, em 13/4/1999. Considerando-se a data de ajuizamento da ação ordinária, outubro de 2001, não há que se falar, por fim, em prescrição quinquenal.

Assim, não houve qualquer ofensa em abstrato aos dispositivos apontados como violados. Na verdade, houve apenas divergência quanto ao termo final da interrupção do prazo prescricional.

Ocorre que, em nenhum momento, a recorrente apresentou fundamentação voltada a desconstituir a conclusão do acórdão recorrido, de acordo com o qual o prazo prescricional só voltou a correr com a reintegração do servidor.

Desse modo, evidente a deficiência na fundamentação recursal, de modo a atrair a incidência na espécie da Súmula 284/STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. LICITAÇÃO. CREDENCIAMENTO. SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS INTERESSES DA PARTE. PREVISÃO EDITALÍCIA. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. SUPOSTA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.666/1993 E DO CÓDIGO CIVIL. RAZÕES RECURSAIS INAPTAS DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 284 E 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional, tampouco viola o art. 1.022 do CPC/2015.

Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

3. Não se conhece do recurso especial por deficiência na sua fundamentação, estando as razões do recurso genéricas e dissociadas do que decidido no acórdão recorrido, bem como quando não impugnam fundamento autônomo, suficiente por si só à manutenção do julgado (Súmulas 284 e 283/STF).

4. O recurso especial não é, em razão das Súmulas 05 e 07/STJ, via processual adequada para questionar julgado que se afirmou explicitamente em contexto fático-probatório próprio da causa, tampouco de interpretação de cláusulas contratuais.

5. "Resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial se a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea 'a' do permissivo constitucional" (EDcl nos EDcl no REsp 1.065.691/SP,

# *Superior Tribunal de Justiça*

Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18/6/2015).

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.343.289/AP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/12/2018, DJe 14/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE ARTIGOS SUPOSTAMENTE VULNERADOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A falta de indicação dos dispositivos legais que teriam sido eventualmente violados, cujos conteúdos normativos sejam capazes de amparar a tese recursal a eles associada, faz incidir à hipótese o teor da Súmula 284 do STF, por analogia: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

2. Razões recursais insuficientes para revisão do julgado.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.353.615/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 6/8/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator